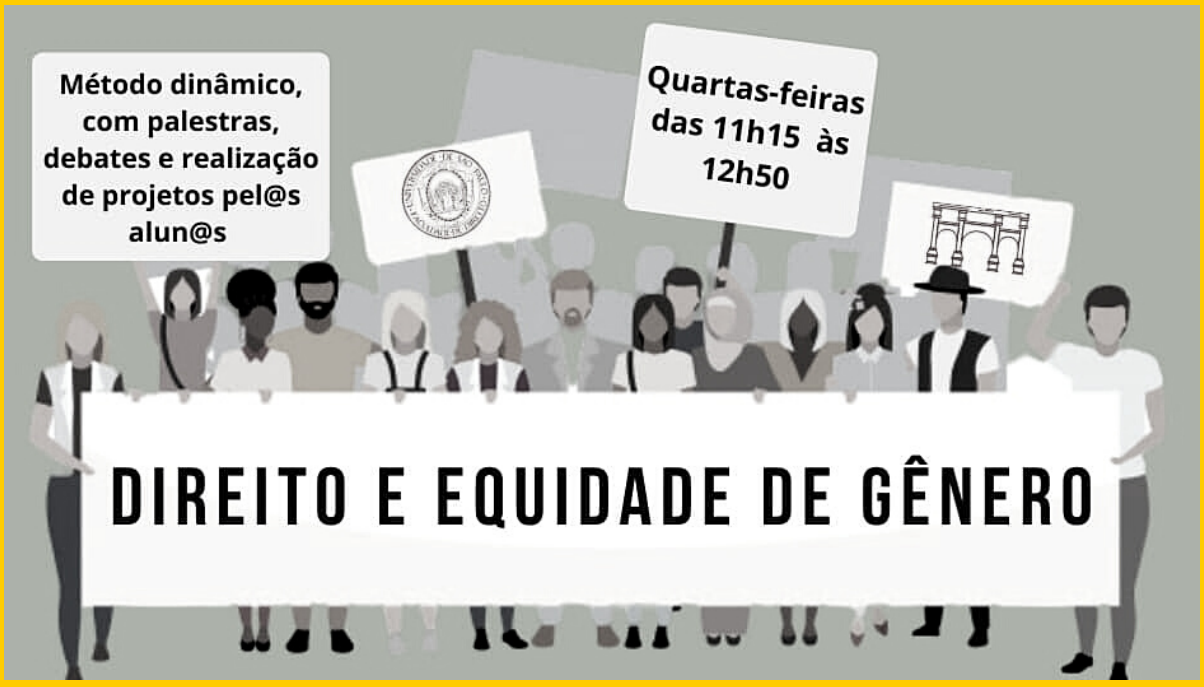
2020

Direito e Equidade de Gênero

SUMÁRIO EXECUTIVO



Faculdade de Direito da USP
Cátedra UNESCO de Direito à Educação

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNITWIN Cátedra UNESCO de Direito à Educação
Estabelecida em 2008 na Universidade de São Paulo – USP
Programa UNITWIN/Cátedras UNESCO

USP

Sumário

01 Introdução

03 Projetos: transformando a universidade a partir do início

05 Violência de gênero e assédio sexual nas universidades

06 Representatividade feminina na docência e na pesquisa. Diversidade social e racial na universidade

07 Diferenças de gênero na educação básica e na infância

08 Direitos das mulheres e importância do feminismo dentro da doutrina jurídica

09 Políticas públicas de equidade de gênero

10 Implementação de ambiente acadêmico inclusivo para mulheres. Papel dos homens

11 Enfrentando estereótipos, sororidade e empoderamento

12 Feminismo negro e feminismo interseccional

13 Desigualdades de gênero e raça nas carreiras jurídicas e lideranças. Diferenças no mercado de trabalho

14 Aulas e atividades assíncronas

A DISCIPLINA DIREITO E EQUIDADE DE GÊNERO

A disciplina "Direito e Equidade de Gênero", realizada pela Faculdade de Direito da USP e pela Cátedra UNESCO de Direito à Educação, em parceria com a UNESP, teve seu primeiro oferecimento durante o segundo semestre do ano de 2020. A disciplina contou com aproximadamente 120 estudantes e teve como objetivos gerais:

- sensibilizar para a problemática de gênero;
- promover e fortalecer a cultura de equidade de gênero na Faculdade de Direito da USP;
- incentivar a naturalização da liderança feminina na academia e no mercado de trabalho.

Foto do último encontro da disciplina

Docentes Responsáveis

Profa. Associada Nina Beatriz Stocco Ranieri, Profa. Titular Ana Elisa Liberatore Silva Bechara, Profa. Dra. Susana Henriques da Costa, Profa. Dra. Sheila Neder Cerezetti, Profa. Titular Paula Andrea Forgioni e Profa. Dra. Eunice Aparecida de Jesus Prudente.

Monitoras

Beatriz Canhoto Lima, Camila Leite Contri, Carolina Fernandes, Caroline Venturoli, Clio Nudel Radomysler (Coordenação), Debora Hakim, Enya Carolina Silva da Costa, Érika Tiemi Wong Fujii, Gabriela Biazi Justino da Silva, Isabelle Oglouyan de Campos, Kássia Kettylen Duarte Queiroz, Larissa Fernanda Romão da Cunha, Letícia Carvalho Silva, Ligia Fiani Bariani, Marina Garrote, Nathalia Lessa Costa, Nina Nobrega Martins Rodrigues, Vitória Machado de Sousa Gonçalves.

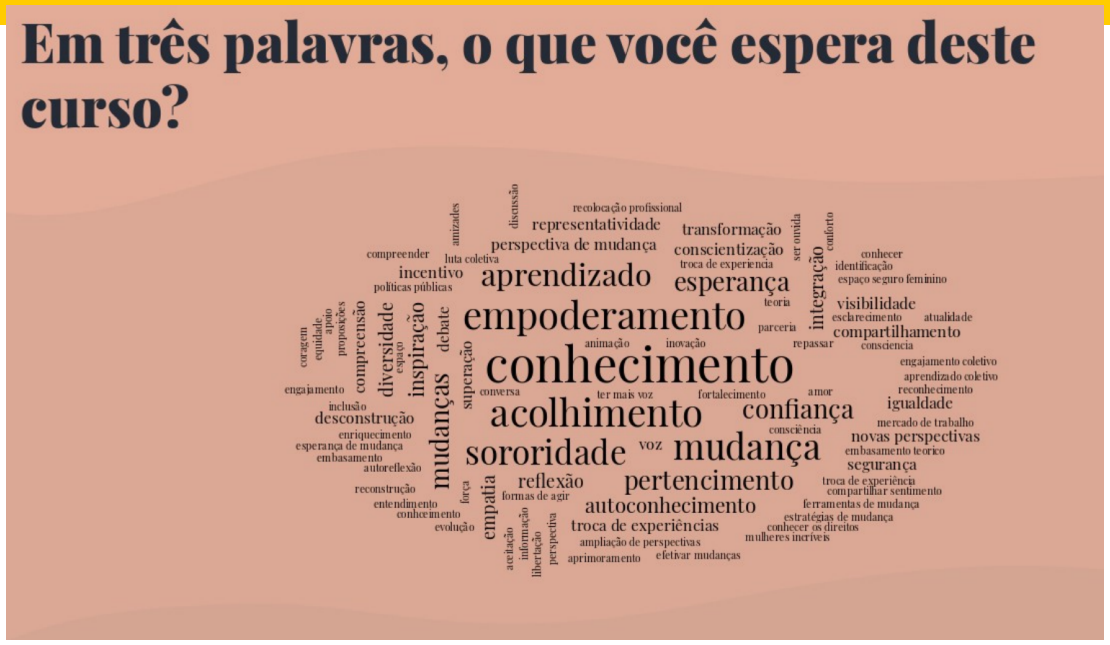
Metodologia de ensino

A metodologia de ensino da disciplina foi composta por:

1) **Aulas no Youtube:** ao longo da disciplina foram realizados 11 encontros, com diferentes convidadas e convidados, para abordar temas relacionados a problemática de gênero;

2) **Atividades assíncronas:** semanalmente, as(os) participantes do curso realizaram exercícios individuais que buscavam promover a reflexão e um olhar crítico para os temas das aulas;

3) **Elaboração de projetos:** uma das propostas da disciplina foi a realização, pelas alunas e alunos, de cartilhas, podcasts e vídeos para ingressantes na faculdade em 2021, com o objetivo de conscientizar sobre desigualdades de gênero e apontar caminhos para seu enfrentamento. Ao longo do curso, foram realizados 5 encontros para a elaboração dos projetos.



Nuvem de palavras realizada na primeira aula do curso, com as expectativas das alunas e alunos

Programa do curso

Os temas abordados na disciplina foram divididos em três eixos formativos:

1) **A Faculdade de Direito e a Cultura da Equidade de Gênero**: Equidade de gênero na Academia; Ensino jurídico e carreira docente; Violências de gênero no ambiente acadêmico; Conceitos chaves para a discussão: gênero, igualdade, equidade e justiça.

2) **Equidade de Gênero, Liderança e Participação Feminina:** Equidade de gênero no Legislativo; Equidade de gênero no Judiciário; Dinâmicas de gênero no mercado de trabalho; Interseccionalidade: entre raça, classe e gênero; Equidade de gênero no Executivo; Direito das Mulheres no Brasil.

3) **Desenvolvimento dos projetos:**
Definição e ideação; Desenvolvimento e planejamento; Primeira e segunda entregas; Estratégias de divulgação.

Confira aqui o Programa da Disciplina 0200120 - Direito e Equidade de Gênero (2020).

Projetos

Confira aqui as versões completas

Transformando a universidade a partir do início

Cartilhas, vídeos e podcast sobre equidade de gênero para as(os) recém ingressantes em 2021

A Disciplina "Direito e Equidade de Gênero" foi uma experiência completa em termos de conteúdo e de metodologia, por sua capacidade transformadora, pelo seu potencial de disseminação e por seu viés prático.

Em termos de **conteúdo**, a disciplina contou com um vasto programa, abrangendo tanto conceitos básicos de equidade de gênero e diversidade quanto aspectos concretos dessas temáticas em diversos ramos relacionados ao direito. Ainda, contou com profissionais de várias áreas e com diferentes históricos, fornecendo perspectivas complementares sobre todos os temas.

O curso plantou uma semente de **transformação** na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Trata-se de disciplina com metodologia inovadora, pouco presente em universidades brasileiras, e que suscitou grande debate e envolvimento tanto das alunas e dos alunos, quanto das próprias professoras coordenadoras, das monitoras e das(os) palestrantes convidadas(os).

Tal capacidade de mudança foi ampliada pela alta **disseminação** do curso, possibilitada tanto pela inclusão como uma disciplina optativa oficial da FDUSP quanto por sua transmissão online e listagem no YouTube.

Por fim, além da compreensão de conceitos relevantes no tema, a disciplina buscou desenvolver **empatia, criatividade,** trabalho em grupo e **multiplicar os aprendizados do curso para outros ambientes.**

Por meio da **elaboração dos projetos**, a disciplina buscou realizar uma contribuição prática para a sociedade. No caso, o público-alvo escolhido foram as calouras e os calouros da Turma 194 da FDUSP (ingressantes em 2021).

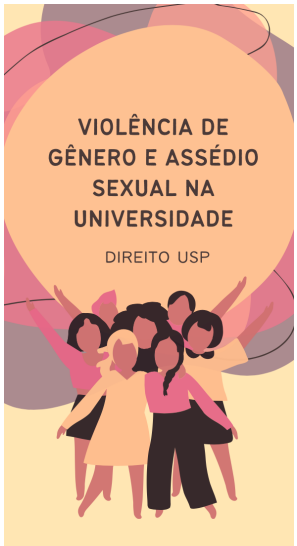
Tratou-se de de **construção horizontal** das professoras e monitoras junto às e aos estudantes integrantes da disciplina. Os temas foram delimitados através da participação ativa das alunas e dos alunos e seu formato visou à inovação e proximidade entre o conteúdo e seus/suas destinatários(as). Houve o envolvimento de diferentes grupos de extensão da Faculdade de Direito da USP, que realizaram feedbacks para os projetos.

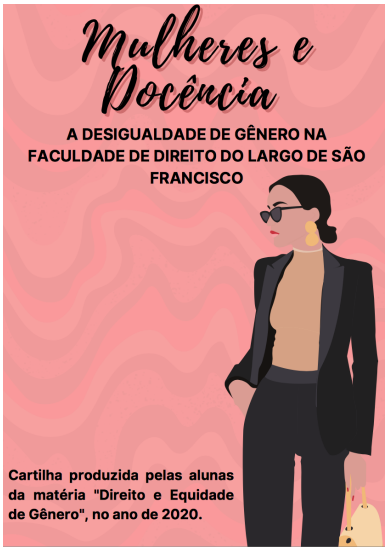
O resultado foi a construção de cartilhas, vídeos e podcast sobre temas relacionados à direito e equidade de gênero com conteúdo robusto, mas em uma linguagem acessível, com design agradável, fruto de **intenso trabalho colaborativo** durante o semestre.

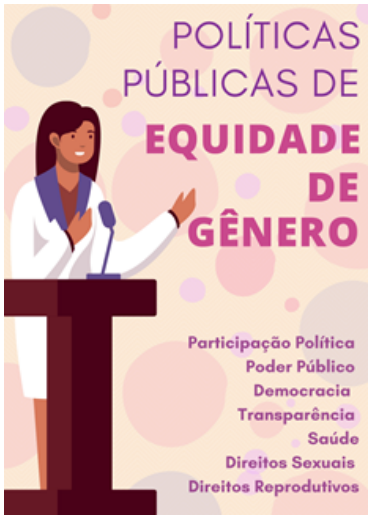
Esperamos que esse projeto contribua para a promoção do **conhecimento e do empoderamento** das calouras e dos calouros da FDUSP, mas que também seja uma **faísca de mudança na sociedade em prol da equidade de gênero**.

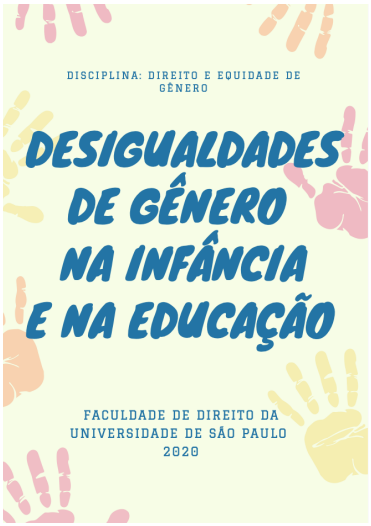
Projetos

Confira aqui as versões completas



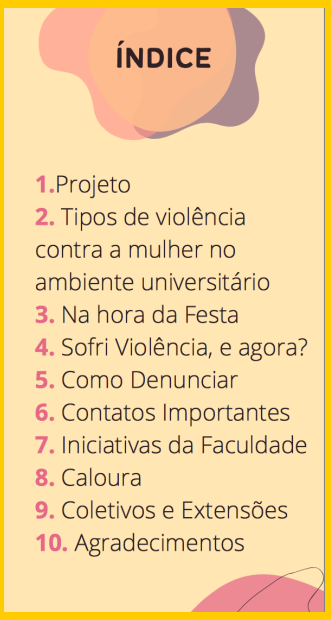






Violência de Gênero e Assédio Sexual nas Universidades

ALUNAS: ALINE CORREA LEMOS, GABRIELA GONÇALVES GARRIDO, GIULIA SANTANA DOS SANTOS SILVA, GIULIA TELLES JAFELICE, JOSÉ VICENTE DE OLIVEIRA KASPRESKI, JÚLIA BARRETO REIS, LARISSA MIAMOTO, LETYCIA CAVALCANTI PEREIRA, LIVIA MURARI ABOU ASSALI, LUIZA RODRIGUES ARAUJO, MARIANA GUIDUGLI FILLIETAZ, VALENTINA SETTE ALVARO. **MONITORAS**: CAROLINA FERNANDES E MARINA GARROTE.



CARTILHA

A cartilha apresentada pelo grupo tem como objetivo principal orientar as calouras e trabalhar na prevenção e no auxílio de casos relacionados a violência sexual e assédio na universidade.

Para tal, buscou-se realizar uma coleta de dados acerca de **locais que oferecem atendimento e ajuda dentro e fora da faculdade, de tipos de violência e de grupos da faculdade que podem contribuir de diversas formas para a causa**.

Desse modo, a cartilha busca trazer um **acolhimento** para as calouras e demais alunas, com o intuito de deixá-las mais **informadas e preparadas** para algum tipo de situação que possam enfrentar.

VÍDEO

O vídeo, por sua vez, foi criado a fim de complementar a cartilha. Portanto, a produção extrapola as orientações às calouras a fim de atingir toda a comunidade acadêmica para que se possa, assim, **conscientizar e mobilizar, além das mulheres, também os grupos masculinos** que culturalmente têm menos afinidade com a temática da violência de gênero.

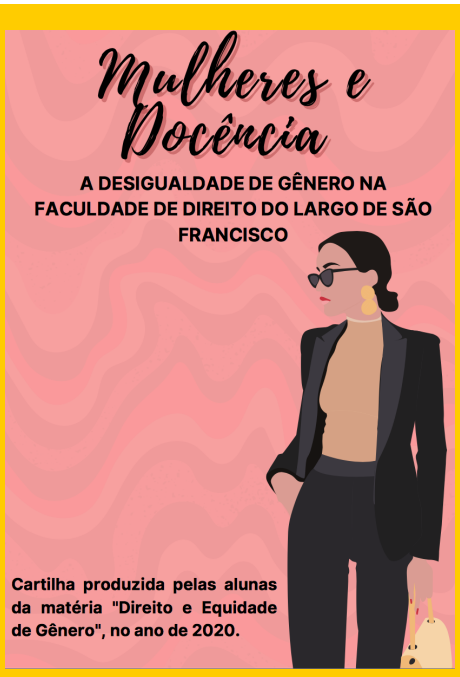
Para tanto, preocupamo-nos em **delimitar situações de assédio** que, infelizmente, se mostram recorrentes no contexto da faculdade, a partir de relatos reais colhidos entre as alunas de graduação. Com isso, ficam claros os limites de ação no contexto universitário, o que se reforça através da apresentação de dados estatísticos coletados pelo Instituto Avon em 2015.

Finalmente, pudemos contar com a participação da Professoras Ana Elisa L. S. Bechara e Mariângela G. de M. Gomes, a qual também exerce o cargo de ouvidora de gênero na FDUSP, para representar o comprometimento institucional da faculdade para com o combate do assédio e, inclusive, indicar os meios oficiais de denúncia para as calouras.

Desse modo, pensamos ser possível, através da divulgação das cartilhas, juntamente com a apresentação do vídeo na Semana de Recepção das Calouras ou até mesmo de seu compartilhamento nas redes sociais oficiais da FDUSP, dar passos importantes **para que se possa eliminar por completo a violência de gênero na universidade.** Não é se não por meio da **conscientização da comunidade acadêmica que se pode obter uma mudança comportamental tão necessária para se garantir o bem-estar feminino.**

Representatividade feminina na Docência e na Pesquisa e Diversidade no Corpo Discente

ALUNAS: ARTUR PINHEIRO DE MELO, DANIELE EDUARDA DE OLIVEIRA, GABRIELA DE MORAES LIGABUE, ISABELA MENDONÇA MOREIRA, LAÍS CHAIN MARTINS, LAURA CHAIN MARTINS, LUCIANA SPINA, LUIZA LOPES ARDACHNIKOFF, MARIANA FERNANDES LOURENÇO, SILVIA ROBERTA REIS RESSTEL, VERÔNICA MELLO HENRIQUES **MONITORAS**: ISABELLE OGLOUYAN DE CAMPOS E ÉRIKA TIEMI WONG FUJII



CARTILHA Nº 1

A cartilha sobre Mulheres e Docência tem como objetivo analisar a **presença de mulheres na Faculdade de Direito da USP**, seja no corpo discente, seja no corpo docente. Em especial, buscou-se compreender o porquê de as mulheres professoras da FDUSP representarem um número tão ínfimo do corpo docente, quando comparado com a quantidade de professores homens existente.

O público-alvo principal são as calouras da FDUSP. Porém, o material também se direciona para o restante do corpo da faculdade, isto é, para professoras, professores, alunos, alunas, funcionários, funcionárias, entre outros. Para a realização da cartilha, foram utilizados os métodos da revisão bibliográfica e do levantamento de dados estatísticos.

A maior parte dos dados foram retirados de pesquisas pré-existentes, como a pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa de Inclusão na Academia da USP (GPEIA), a Tese de Conclusão de Curso da bacharela Isabelle Oglouyan de Campos e até mesmo de pesquisas do IBGE. Além disso, também foram levantados novos dados junto com a Secretaria da FDUSP, que ajudaram na formulação da cartilha.

O principal resultado presente no trabalho consistiu na denúncia da **desigualdade de gênero existente no corpo docente da FDUSP, uma vez que o número de professoras é extremamente menor que o de professores**.

CARTILHA Nº 2

Entendendo a FDUSP como espaço de democracia, de participação e de mudança na esfera sociocultural, política, e também como um mecanismo de ascensão social, a segunda cartilha produzida pelo grupo busca incentivar a ocupação de espaços nela antes dominados pela elite. Acredita-se que essa ocupação significa criar **possibilidade de reconstruir prioridades e escolhas mais inclusivas.** É também **estratégia de resistência**, porque chama atenção para a voz de grupos que foram outras tantas vezes silenciados.

A cartilha objetiva uma reflexão sobre a diversidade no corpo discente da FDUSP e sua importância. Espera-se que a **reflexão seja ativa, e que inspire a luta por mudanças.** Assim, são apresentados aspectos como: dados sobre a diversidade do corpo discente, assim como, a influência das cotas no perfil deste; relatos das estudantes; necessidade da continuidade da luta; grupos e coletivos em que pode haver acolhimento; e medidas de permanência implementadas na faculdade, como bolsas.

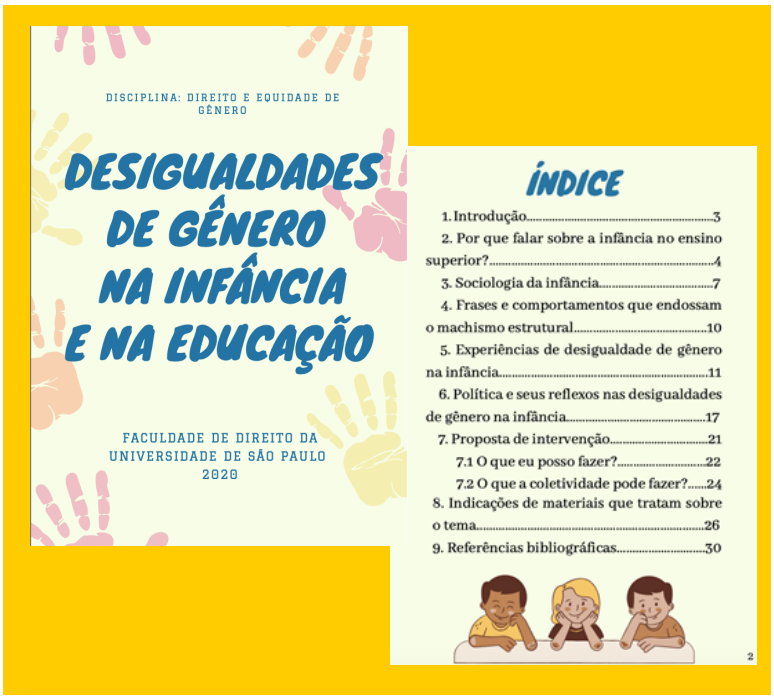
O público-alvo da cartilha são as calouras da Faculdade de Direito da USP, mas também espera-se dar visibilidade à temática, portanto é direcionada de forma a atingir todo o corpo da faculdade: discentes, docentes e funcionários. Nesse sentido, a abordagem crítica foi feita para promover o reconhecimento da diversidade no corpo discente como algo extremamente relevante, mas também para apontar que são necessários meios de concretização dessa diversidade.

índice

1. Apresentação
2. Por que a diversidade racial e social no corpo discente é importante?
3. Dados a respeito da representatividade e diversidade no corpo discente
4. Relatos das alunas
5. Luta ainda não concluída
6. Próximos passos
7. Permanência e pertencimento
8. Sujestões de conteúdo

Diferenças de Gênero na Educação Básica e na Infância

ALUNAS: AMANDA RODRIGUES BERTOCCHI, BÁRBARA TONETTI AKL, CAROLINA BEATRIZ CAVALCANTE SILVA, CAROLINA JANSON CASTRO, DAVI GOULART SOARES, GABRIELLE REIS DA ROCHA, IRISMAR JARDIM AMARAL JUNIOR, MARIA EDUARDA CASSAB DE SOUZA, MICAELA MARCONI FONSECA SANTOS, MILLA MONTEIRO KOTANI, SOPHIA SUELI SANTOS APPOLONIO, SOPHIA VEROTTI LAIKO. **MONITORAS**: BEATRIZ CANHOTO LIMA E NATHALIA LESSA



CARTILHA

Por meio da cartilha, o grupo pretende provocar reflexão, informar com dados e propiciar debate sobre relações de gênero na infância e dar embasamento teórico acerca da temática. Além disso, busca **acolher os leitores** de modo que se identifiquem com o conteúdo e relatos trazidos.

Ainda, a cartilha aponta que **os comportamentos do presente foram solidificados pelas experiências do passado infantil**, o que dificulta grandemente a jornada da transformação da vida social durante a vida adulta. Por isso mesmo, aprofunda-se a tese do papel das crianças como atores sociais completos e possuidores de interpretação própria, capazes de alterar a realidade social.

Por fim, a cartilha é encerrada com **indicações de filmes, livros e séries que abarcam a temática da desigualdade de gênero na infância** - o que se mostra de extrema relevância, pois acreditamos no poder do aprendizado por meio de conteúdos lúdicos.

VÍDEOS (PARTE Nº 1 E PARTE Nº 2)

A primeira parte do vídeo é baseada em uma pesquisa realizada no ano de 2020 que obteve 300 respondentes – em sua maioria jovens (entre 18 e 25 anos), mulheres, brancos, que estão ou prestaram o ensino superior e realizaram sua educação primária em instituições privadas – com o objetivo de, a partir do mapeamento de experiências, evidenciar a maneira com que os **estereótipos de gênero influenciam o começo da vida escolar e são determinantes para a construção da personalidade individual.**

A partir da pesquisa, obtivemos dados estatísticos e relatos sensíveis sobre a **diferenciação e a obrigatoriedade dos uniformes, a desproporcionalidade da participação feminina no âmbito esportivo, a configuração das brincadeiras, o assédio e sua normalização.**

A segunda parte do vídeo enfoca na relação entre as limitações impostas pelas **barreiras artificiais de gênero na infância e seus reflexos na vida adulta**, acima de tudo, elucidando a necessidade de discutir esse tema dentro do contexto do ensino superior. O material é composto por duas entrevistas, uma com a psicóloga Thaís Janson Castro e outra com a educadora Juliana Kruzslicz, além de citações de mulheres notáveis no âmbito empresarial, acadêmico e literário que trazem experiências pessoais e algumas reflexões sobre o recorte temático.

Direitos das Mulheres e Importância do Feminismo na Doutrina Jurídica

ALUNAS: ALEX FANTINATTI TEIXEIRA, BEATRIZ AYUME AKAHOSHI HUKAMA, CAROLINA SCHUTTOFF DE MELLO BARRETO, GIULIA CARDAMONE, HELENA SIMÕES ROMANO, JULIA BASTOS GARCEZ, KARIME ABIB ELIAS, MANUELA NICOLETI DE FREITAS, MARIANA VIEIRA MOURA, NICOLE MARIA SANTOS OLIVEIRA, RAFAELA DOS SANTOS OLIVEIRA.
MONITORAS: DEBORA HAKIM E CAROLINE VENTUROLI

CARTILHA

A cartilha apresentada pelo grupo é estruturada com divisões por tema, quais sejam: (i) panorama internacional, (ii) tratados internacionais sobre os direitos das mulheres, (iii) direitos constitucionais das mulheres, (iv) mulheres e o direito civil, (v) mulheres e o direito penal, (vi) a evolução dos direitos trabalhistas das mulheres, (vii) reflexões sobre a instabilidade dos direitos das mulheres.

Acerca do panorama internacional, foram abordadas questões que consideramos importantes para a situação jurídica feminina, como o **sufrágio**, o **feminicidio** e o **aborto**. Para tal, indicamos legislações, doutrinas e posturas sociais e culturais que consideramos relevantes aos temas dentre os países selecionados.

Ademais, citamos tratados internacionais que tratam da **consolidação dos direitos das mulheres.** Tais acordos traduzem a convergência da preocupação transnacional com a efetivação daqueles, configurando-se importantes instrumentos externos, **capazes de influenciar ordenamentos que, de alguma forma, institucionalizam a desigualdade e a opressão.**

VÍDEO

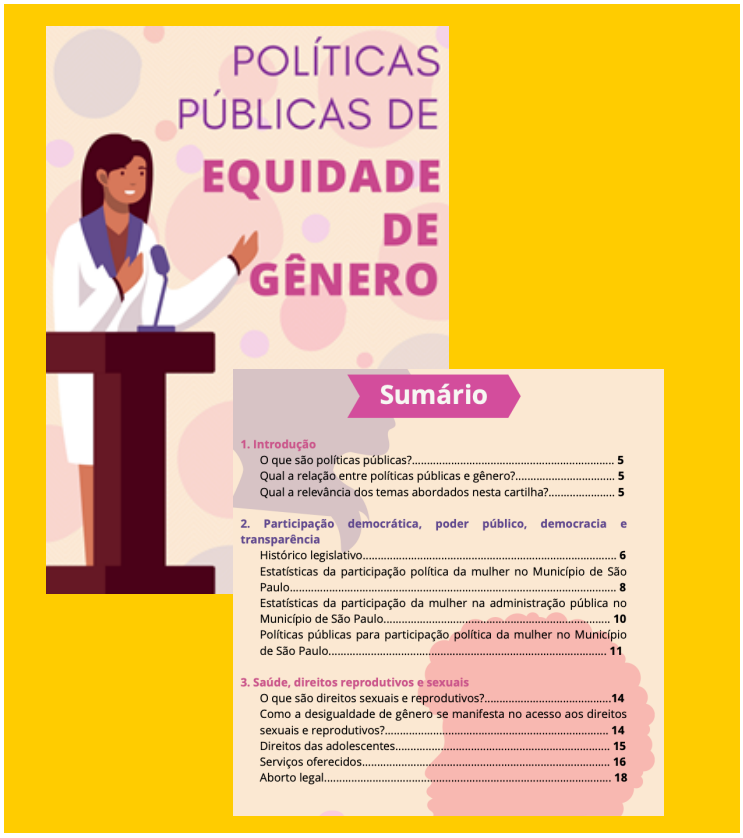
O vídeo, por sua vez, traz a **cronologia de importantes legislações e mudanças doutrinárias acerca dos direitos das mulheres.**

Para analisar os direitos das mulheres no Brasil, é feito, em primeiro lugar, um apanhado cronológico dos direitos garantidos pela Constituição. Desde a Constituição de 1824 até a de 1988, são elencados os direitos, assim como alguns movimentos importantes para que estes fossem alcançados, dentre eles o **direito ao voto**, a **igualdade salarial** e a **assistência médica e sanitária à gestante**. Além disso, faz-se uma análise da correspondência entre as promessas constitucionais e a realidade brasileira.

Após uma análise sobre a evolução da legislação civil, penal e trabalhista no tocante aos direitos das mulheres, o grupo discorreu sobre a **instabilidade dos direitos das mulheres.** Concluíram que a luta pelos direitos das mulheres precisa ser constante, não apenas porque vários direitos essenciais ainda precisam ser conquistados, mas também porque os já conquistados sofrem constantes ataques. Ainda, destacaram a **importância da presença de mulheres na doutrina**, para que as leis partam delas para elas, e a necessidade de considerar a **interseccionalidade da luta**, pois as mulheres vivenciam diferentes formas de opressão de acordo com diversos fatores, como raça e classe.

Políticas Públicas de Igualdade de Gênero

ALUNAS: AMANDA BRUM PAULINO, AMANDA POLLI DE GRANDE, ANA BEATRIZ BOTELHO, BEATRIZ CRISTINA RODRIGUES SILVIA, BRUNA LUIZA PRINET DE MORAIS, BRUNO CASSEB ABRÃO, CARLOS ALBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA FILHO, CATARINA SULA BRAGA, HELÓRYA SANTIAGO DE SOUZA, LAURA GONÇALVES, MARIA RITA FERREIRA MESSIAS, PEDRO SABA KIFFER. **MONITORAS**: ENYA COSTA E VITÓRIA MACHADO DE SOUSA GONÇALVES



CARTILHA

A cartilha procura abordar de modo mais aprofundado e pormenorizado os dois nichos de políticas públicas objeto do trabalho: (i) **participação política, pública e democrática da mulher**; e (ii) **saúde, direitos sexuais e reprodutivos da mulher**.

A abordagem conjunta dos dois temas procurou ressaltar o fato de que **os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres não podem ser utilizados como justificativas para o tratamento discriminatório das mulheres**, e que, independentemente de suas escolhas sexuais e reprodutivas, não podem elas ser impedidas de assumir cargos de poderio, como cargos políticos ou públicos.

Além de descrições e definições gerais sobre políticas públicas, a cartilha traz estatísticas e dados objetivos relativos aos dois temas trabalhados, informando a respeito das **políticas já existentes na capital paulista voltadas à efetivação dos direitos da mulher**, ao listar e pontuar órgãos, entidades, projetos e programas desenvolvidos municipalmente para esses propósitos.

VÍDEOS (Nº 1 E Nº 2)

Os vídeos "**Direitos Sexuais e Reprodutivos**" (nº 1) e "**Políticas Públicas de Equidade de Gênero**" (nº 2) trazem o conteúdo de forma resumida, já que seu objetivo é chamar a atenção das calouras para os temas desenvolvidos na cartilha.

É feita uma breve contextualização do histórico das políticas públicas e a situação atual do município, permitindo, em seguida, a **apresentação de políticas e serviços disponibilizados pelo Estado de São Paulo**, como os Centros de Cidadania da Mulher, no âmbito da participação política e os pontos de oferta de aborto legal, no âmbito do direito à saúde.

Implementação de Ambiente Acadêmico Inclusivo para Mulheres

ALUNAS: ANNA JÚLIA DO VALLE COSTA, ANTÔNIO HADDAD JUNIOR, CAMILA BRAVIM OLIVEIRA, CAROLINE FERREIRA BATTISTINI, DOUGLAS HENRIQUE NORKEVICIUS, GABRIELA ABREU RAMIRO, ISABELLA CHI SUNG LEE, LEONARDO KOYAMA, LUÍSA ROMAN DE OLIVEIRA TOLEDO, RAFAEL GOMES CAMIZAO LIMA, RAFAELLA ALOISI SOUZA DE CARVALHO, YASMIN TALARICO BABADOBULOS SOUZA. **MONITORAS:** CLIO RADOMYSLER E LIGIA FIANI BARIANI

O **objetivo geral** do material produzido pelo grupo é demonstrar a necessidade de identificar as manifestações do machismo e da misoginia no ambiente acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e apresentar modelos de enfrentamentos que visem reduzir sua ocorrência.

Para propor um ambiente mais inclusivo, optou-se por ouvir as alunas e suas experiências. O machismo, como tantos outros preconceitos, não se manifesta apenas através de agressões físicas ou ofensas verbais, mas também na forma de **microagressões** que, muitas vezes, passam despercebidas. Para maior concretude de análise, realizou-se uma **pesquisa qualitativa que contou com 46 relatos**.

CARTILHA I

A primeira cartilha é voltada a todo o corpo discente e docente da Faculdade, vez que é **papel de todos construir um ambiente mais confortável para as mulheres.**

Na cartilha "Construindo um ambiente acadêmico inclusivo para mulheres", apresentamos os dados coletados, destacando, em primeiro lugar, os locais onde as microagressões mais ocorreram: salas de aula e festas. Tendo isso em vista, propusemos medidas específicas a serem adotadas nesses ambientes. Depois, observamos os principais tipos de microagressão relatados: silenciamento/*manterrupting* e microagressões de cunho sexual. Apresentamos, então, os conceitos relacionados a essas microagressões, suas consequências, e sugerimos maneiras de combatê-las.

CARTILHA II

Já a segunda cartilha é direcionada especificamente ao público feminino, na medida em que apresenta **ferramentas de resposta aos ataques machistas que elas possam vir a sofrer.**

Na cartilha "Reagindo ao machismo", utilizamos os dados coletados para **propor maneiras de reagir de comentários machistas, silenciamentos e assédios** de todos tipos, apresentando também organizações nas quais as calouras podem **buscar apoio e denunciar** as microagressões sofridas. Contudo, também achamos de extrema relevância trabalhar as **questões do autocuidado** e do "não reagir" como igualmente válidas no contexto da luta diária contra o patriarcado.

Enfrentando estereótipos, Sororidade e Empoderamento

ALUNAS: BEATRIZ JUNKES DA SILVA, ERNA FONSECA HOLZINGER, GABRIELA COELHO SILVEIRA, GABRIELA TAVOLARO GUIDO, GIOVANNA POZZI VEDOVATE, LETICIA MARANGONI ASPERTI, LUANA LAURIANO NASTRI, LUIZA MASSAROLI ROMERO, MARCELLA SASSETTOLI, MARIANA BRANDÃO FANTINI, YHASMIN MONTEIRO PINTO MORENO LEON. **MONITORAS:** LARISSA FERNANDA ROMÃO DA CUNHA E KÁSSIA QUEIROZ

CARTILHA

A cartilha "Enfrentando Estereótipos, Sororidade e Empoderamento" é destinada, principalmente, **às calouras de 2021** da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, como forma de **recepcioná-las** e de **acolhê-las**. O ponto de partida do projeto foi reconhecer que esse espaço continua sendo um ambiente machista.

Nesse sentido, elaborou-se um material com base em pesquisas bibliográficas e em dados estatísticos com o objetivo de mostrar às calouras o que significa ocupar as Arcadas, apresentando os **obstáculos existentes** e os **meios de superá-los.**

Quanto aos estereótipos, pretendeu-se mostrar ao público-alvo que seus sentimentos de insegurança e de timidez não são somente individuais, mas coletivos e relacionados à estrutura majoritariamente masculina da São Francisco e a fatores como raça, condição financeira e origem geográfica. O objetivo central dessa abordagem é ressaltar que **as calouras não estão sozinhas.**

Diante disso, a **sororidade e o empoderamento** tornam-se fundamentais. Ter uma rede de apoio feminina é uma forma de acolhimento essencial para que as calouras unam suas forças. Por essa razão, a cartilha lista associações da São Francisco relacionadas às causas femininas (extensões, coletivos e grupos nas redes sociais).

PODCAST

O podcast "Estereótipos, Sororidade e Empoderamento na SanFran" foi o segundo material construído pelo grupo. O episódio é uma forma de complementar a cartilha produzida e de aproximar as calouras e ex-calouras a experiências que outras alunas experienciaram ao longo da graduação.

O grupo buscou reproduzir neste produto uma **roda de conversa de forma a trazer perspectivas concretas e pessoais sobre como as alunas podem se sentir mais confiantes** na graduação, além de explorar como a questão da desigualdade de gênero pode ser trabalhada na faculdade.

Para a realização deste produto em formato de áudio, o grupo gravou, em uma reunião virtual pelo Google Meets, uma roda de conversa com cinco alunas da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, as quais foram selecionadas a partir de um formulário veiculado nos grupos da faculdade.

A partir dessa conversa, a expectativa é de que as alunas se sintam mais confortáveis para ocupar os espaços da faculdade e mais estimuladas ao diálogo sobre as inseguranças e dificuldades que encontrarem nesse ambiente.

Feminismo Negro e Feminismo Interseccional

ALUNAS: JULIA DE AZEVEDO POLTRONIERI, LARISSA DOS SANTOS VAZ BRANDÃO, LUCI RAMOS DE ANDRE, LUISA DE BARROS ROSSI, MARIANA ANTÔNIA CARVALHO DEZIDERIO, MARIA EDUARDA BONATTI LEONARDI, MARIA JULIANA FRIEIRO PEREIRA, MARIA LUIZA MORAIS E ARAÚJO, MARIANA ANDREATTA VALADÃO DE FREITAS, MARIANA KOZIMA, VITORIA AYER DE AZEVEDO VELHO. **MONITORAS:** GABRIELA BIAZI JUSTINO DA SILVA E LETICIA CARVALHO SILVA

CARTILHA

Na cartilha, o grupo trata de temas como a **Interseccionalidade**, o **Feminismo Negro**, o **Feminismo Amarelo**, o **Mulherismo-Afrikana**, o **Decolonialismo**, a luta **contra a Cisheteronormatividade** e **corpos que divergem dos padrõe**s. Além disso, são elencadas boas práticas para se ter em mente e colocar em prática.

Por trazer temas complexos, o grupo buscou apenas dar um **pontapé inicial** na discussão. Para os que desejam se aprofundar, há, na cartilha, uma lista de recursos que podem ser consultados posteriormente, entre **livros**, **vídeos** e **filmes**.

Ainda, são indicados alguns grupos da USP que tratam dos temas, tanto para fins de acolhimento quanto para estudo e combate de opressões. Entre eles, há recomendações de coletivos, grupos de estudo e extensões.

VÍDEO

O vídeo se chama "Carta às Calouras", porque tem o objetivo de mostrar que essa universidade tem (e precisa ter cada vez mais) espaço e presença de **pessoas diferentes e diversas**. Mostra que a **pluralidade** é necessária para a universidade, para que a vivência de todos melhore, e que ela existe, mesmo que não pareça sempre.

O vídeo é composto de entrevistas com seis veteranas da USP que servem de exemplo de luta, de consciência, de vivência, e, claro, da interseccionalidade. Falam de questões de **racismo**, **machismo**, **interseccionalidade**, **maternidade** e **aceitação**. Já vai um aviso: **o vídeo contém relatos fortes de opressão.**

Além de acolher, essa carta serve como uma **denúncia** de todos os problemas e abusos que ocorrem na USP.

Gostaríamos que a universidade fosse um local sempre seguro, sempre acolhedor para as pessoas e para a diversidade. A verdade é que muitas vezes isso não acontece. Muitas vezes a USP pode ser um ambiente hostil, assustador, até opressor. Por isso, **é preciso lutar e continuar lutando, continuar ocupando esse espaço, para transformá-lo no que deveria ser.**

Desigualdades de Gênero e Raça nas Carreiras Jurídicas e Lideranças

ALUNAS: ALICE ARAÚJO DA SILVA, GIOVANNA FAVARO PEREIRA LUTI, LARISSA PEREIRA VICENTE, LETICIA ALVES OLIVEIRA PEREIRA, LUIZA SAHIB NOBREGA, MARCELA ROBERTA DE LIMA SILVA, PIETRA FOGANHOLI SACARDO, RAFAELA SAYURI NAKAHARA, THAIS DE SOUZA OLIVEIRA, VITÓRIA DA MATA VASCONCELOS. **MONITORAS:** CAMILA LEITE CONTRI E NINA NOBREGA MARTINS RODRIGUES

CARTILHA

A cartilha possui **o formato de mitos e verdades, contendo 10 deles**. Foi baseada em uma pesquisa empírica, realizada por meio de um formulário respondido por mulheres que já atuam na área jurídica. O grupo obteve 236 respostas, que reforçam os dados apresentados em outras pesquisas sobre o tema. Dentre os temas analisados:

- **Falta de diversidade em carreiras jurídicas;**
- **Racismo estrutural;**
- **Pressão estética;**
- **Diferença salarial;**
- **Tripla jornada e gravidez.**

Além disso, foi adicionada uma lista de coletivos e extensões dentro e fora da São Francisco, para acolher e ajudar os calouros e calouras a superarem suas dificuldades e para que se envolvam mais com as discussões raciais e de gênero. Ao fim, foram adicionados dois QR-Codes: um que direciona para uma lista de bibliografias utilizadas na elaboração do projeto e que pode servir de inspiração; enquanto o segundo leva ao vídeo também elaborado pelo grupo.

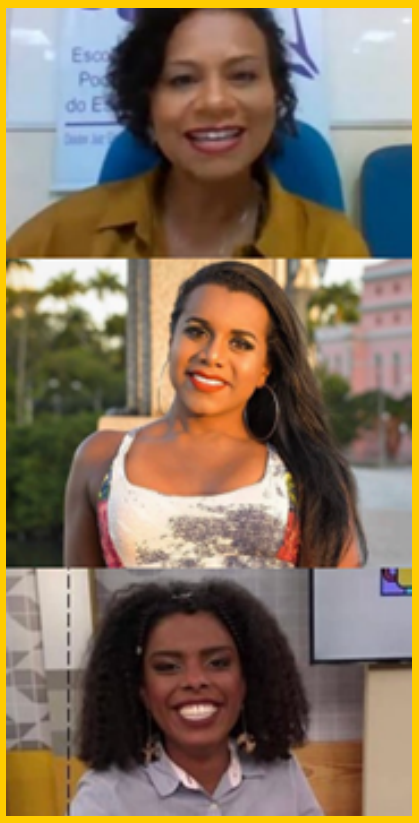
VÍDEO

O vídeo contou com a participação de três profissionais do Direito: Alcioni Escobar, juíza federal do Pará, TRF1; Robeyonce Lima, co-deputada em Pernambuco; e Monique Prado, advogada e colunista.

O grupo pediu que elas dessem **sugestões às calouras sobre os caminhos para enfrentar as adversidades impostas pela raça e pelo gênero nas carreiras jurídicas.**

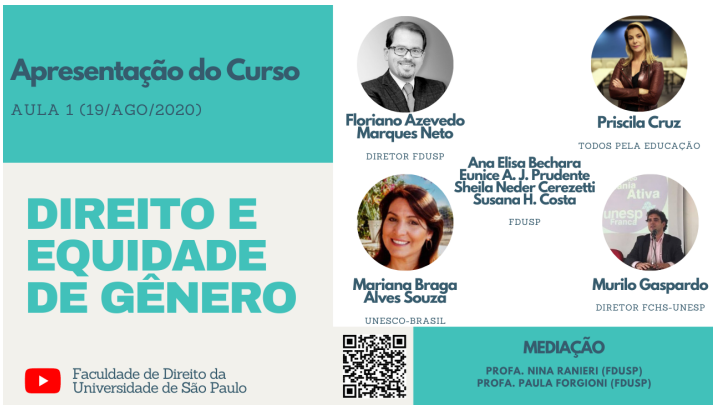
Assim, o vídeo traz experiências e conselhos que certamente serão de grande valia para as calouras e para as veteranas.

Como exemplo, uma citação da entrevista com a Juíza Federal Alcioni Escobar: "O *que eu diria para as calouras? Estejam juntas, se apoiem.* ***Estudem, busquem, se informem, se desconstruam e se reconstruam.*** *[...] Acreditem que cada grupo, cada pessoa, cada mulher, cada homem, independente de sua orientação sexual, de sua raça e etnia merece estar aonde conseguir estar. Mas nós ainda estamos muito longe de ver essa ideia ser efetivada. Então, [...]* ***minha sugestão de trilha, de caminho, é: estejam juntas".***



Aulas

Assista no
YouTube da FDUSP



Aula 1: Apresentação do curso

Aula 3: Violências de gênero no ambiente acadêmico

Aula 5: Equidade de Gênero no Legislativo

Aula 2: Equidade de Gênero na Academia

Aula 4: Conceitos-chave para a discussão: gênero, igualdade, equidade e justiça

Aula 6: Equidade de Gênero no Judiciário

Aulas

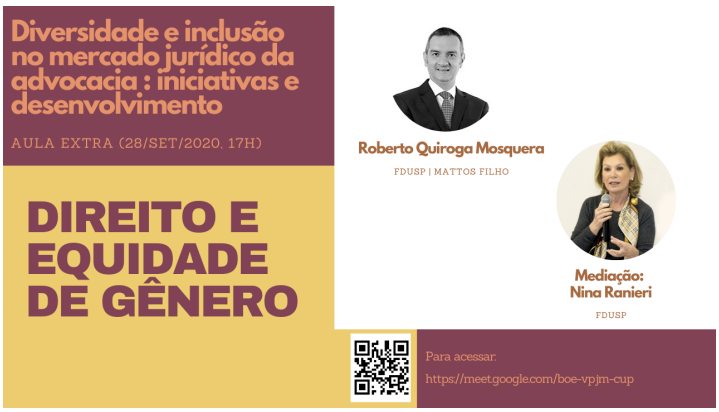
Assista no
YouTube da FDUSP

Aula 7: Dinâmicas de Gênero no Mercado de Trabalho

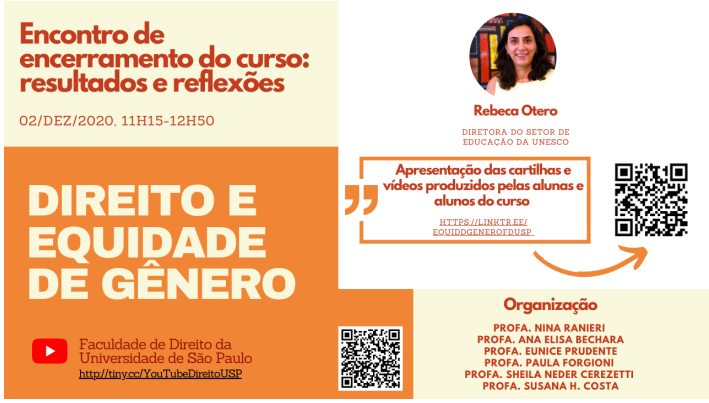
Aula 8: Interseccionalidade: entre raça, classe e gênero

Aula 9: Equidade de Gênero no Executivo

Aula 10: Direito das Mulheres no Brasil



Aula Extra: Diversidade e Inclusão no Mercado Jurídico da Advocacia: Iniciativas e Desenvolvimento



Aula 11: Encontro de Encerramento do Curso: Resultados e Reflexões

Atividades assíncronas

Problemas de gênero na Academia

0200120 - Direito e Equidade de Gênero (2020) - compilado com base nas respostas fornecidas pelos alunos e alunas ao Formulário de Atividades 2

Desafios das alunas nas escolas e universidades

Repreensões sobre aparência (vestimenta, cabelo e maquiagem)

Assédio moral e sexual por professores e colegas
- Favores sexuais em troca de reforço escolar
- Elogios de cunho sexual
- Abuso da hierarquia

Prática de esportes e uso dos espaços dificultada

Menosprezo das capacidades intelectuais (não são escutadas ou são silenciadas quando propõem ideias)

Priorização da opinião masculina em sala de aula

Manterrupting

Descrédito

Falta de incentivo em comparação com pares homens (suposta incapacidade de serem aprovadas em alguns processos seletivos)

E na carreira docente?

Predominância de mulheres em cargos que pagam menos (como no ensino básico) e de **homens nos que pagam mais** (como no ensino superior)

Diferenças de tratamento
- Diferença na ocupação de cargos de liderança
- Professoras julgadas pela aparência, julgadas como "loucas", "sem noção" se são exigentes, o que não ocorre com professores homens
- Desrespeito à autoridade das professoras mulheres
- Associação de características femininas como pejorativas quando associadas a homens

Soluções propostas

- **Ouvidorias**
- **Canais de denúncia para abusos** de professores
  - **Adoção de medidas efetivas nos casos denunciados** (advertências, suspensões)
  - **Apoio psicológico** em escolas e universidades **para lidar com vítimas de abuso**
- Elaboração de **atividades sem divisão por gênero** para não fortalecer estereótipos
- **Valorização igualitária** do potencial feminino e masculino
- **Espaços seguros** de fala
- **Ensino sobre equidade e respeito** desde a educação infantil
- Iniciativas para **romper estereótipos de gênero** (rodas de conversa, cartilhas)
- **Inclusão de bibliografias** que não sejam somente de homens, brancos, cis, héteros
- **Atuação por parte dos docentes** para evitar discriminações em aula
- **Incentivo** às mulheres para **prática de todos os esportes**
- **Divisão de tempo de fala e oportunidade de espaços**
- Ter **mais monitoras mulheres, mais líderes mulheres**
- **Pesquisas anônimas de avaliação de professores**
- **Mudanças nos processos seletivos** de docência e de outros empregos

Compilado das respostas realizadas na atividade assíncrona da Aula 2

Medidas para combater violências de gênero nas universidades

Compilado das sugestões de 120 alunas(os) do curso Direito e Equidade de Gênero da Faculdade de Direito da USP (2020)

Representatividade e diversidade

Mais mulheres na docência, na pós-graduação, na monitoria, nas extensões, nas bibliografias dos cursos, nas homenagens pela Faculdade e nas convidadas para eventos. Inclusão de diferentes mulheres: negras, lésbicas, trans, periféricas, com deficiência, indígenas.

Reserva de vagas para mulheres

Reserva de vagas para mulheres em concursos de docência e em processos seletivos de pesquisa, grupos de estudo, entidades e grupos de extensão.

Ouvidorias de gênero

Criação de canais institucionais para receber denúncias, com possibilidade de anonimato, acolher vítimas, oferecer apoio psicológico e responsabilizar agressores. Criação de núcleos dentro de entidades para lidar com questões relacionadas a gênero.

Gênero em sala de aula e formação docente

Inclusão das discussões sobre gênero na grade curricular, em aulas, palestras e cursos. Preparação dos professores para lidar com microagressões, proporcionar um ambiente acadêmico inclusivo e fomentar o debate de maneira equânime. Realização de pesquisas sobre equidade de gênero na universidade.

Envolvimento de toda comunidade acadêmica, incluindo homens

Necessidade de homens, alunos e em especial professores homens, e da comunidade acadêmica em geral se interessarem, pautarem e se conscientizarem sobre questões de gênero. Diálogo contínuo entre professores, estudantes e funcionários.

Sororidade, ação coletiva e organização das alunas

Organização de alunas em coletivos feministas, criação de espaços de troca e acolhimento, sororidade. Empoderamento e ocupação de espaços pelas alunas.

Compilado das respostas realizadas na atividade assíncrona da Aula 3

Atividades assíncronas

Sugestões culturais

DIREITO E EQUIDADE DE GÊNERO

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (2020)

FILMES, SÉRIES E DOCUMENTÁRIOS

- **Estrelas além do tempo** (2016)
- **Eu não sou um homem fácil** (2018)
- **As Sufragistas** (2015)
- **Suprema** (2018)

- **As Telefonistas** (2017)
- **Coisa Mais Linda** (2019)
- **The Marvelous Mrs Maisel** (2017)

LIVROS

- **Sejamos Todos Feministas** (Chimamanda Ngozi Adichie);
- **Mulheres e caça às bruxas** (Silvia Federici);
- **O Segundo Sexo** (Simone de Beauvoir);
- **Gênero e Desigualdade, limites da democracia no Brasil** (Flávia Biroli);
- **O papel de parede amarelo** (Charlotte Perkins Gilman)

MÚSICAS

- **Triste, Louca ou Má** (Francisco, El Hombre);
- **Respeita e Lambe Lambe** (Ana Cañas);
- **Maria da Vila Matilde** (Elza Soares);
- **De dentro do AP e Não precisa ser Amélia** (Bia Ferreira);
- **Pagu** (Rita Lee)

PODCASTS E VÍDEOS

- **Mamilos** (Episódio #241 - "As conquistas da Lei Maria da Penha")
- **Bom dia, Obvious!** (Episódio #11 / às vezes acho que sou uma impostora)
- **Revoar | Laut** (Episódio "Penso, logo sou homem branco")

- **Papel de Gênero** (Rita Von Hunty, Tempero Drag)
- **Contrapoints**

Para conferir todas as sugestões, acesse:
http://tiny.cc/DGeneroUSP-Sugestoes

Compilado das respostas realizadas na atividade assíncrona da Aula 4

EQUIDADE DE GÊNERO NO LEGISLATIVO

0200120 - Direito e Equidade de Gênero (2020): Compilado com base nas respostas fornecidas pelas alunas e alunos ao Formulário de Atividades 6

MULHERES QUE ATUAM OU ATUARAM NO PODER LEGISLATIVO

Foi pedido às alunas e alunos que indicassem uma mulher que atua ou atuou no Legislativo cujo trabalho admiram.

Deputadas Federais

Áurea Carolina
Benedita da Silva
Jandira Feghali
Joênia Wapichana
Luiza Erundina
Natália Bonavides
Sâmia Bonfim
Tabata Amaral

Deputadas Estaduais

Andréia de Jesus
Erica Malunguinho
Erika Hilton
Isa Penna
Leci Brandão
Manuela D'Ávila
Maria Olívia Santana
Marina Helou
Mônica Seixas

Vereadoras

Adriana Ramalho
Claudete Porto

Senadoras

Mara Gabrilli
Marina Silva
Marta Suplicy

Outros cargos

Alexandria Ocasio-Cortez (*congresswoman*)
Ilana Trombka (diretora-geral do Senado)

Marielle Franco
(1979-2018)
Vereadora

DESCRIÇÃO DA SUA ATUAÇÃO

"Atua fortemente na proteção e efetivação dos direitos das mulheres"

"Defensora dos direitos humanos, dos trabalhadores, das mulheres e da justiça social"

"Voz defensora da educação e dos direitos das minorias, fundamenta seus votos e demonstra seus posicionamentos com transparência e motivação"

"Atua fortemente em defesa da educação e da saúde pública, tendo buscado ampliar os investimentos para esses serviços"

"Luta contra a cultura do estupro, a violência contra a mulher e a divisão sexual do trabalho"

"Buscou enfrentar a violência doméstica e familiar durante a pandemia"

"Sempre comprometida com pautas sociais e a defesa pela representatividade feminina"

"Defesa de direitos sociais como educação, moradia, alimentação, direito à cidade"

"Entre as pautas estão a questão da equidade de gênero, a equidade racial, o meio ambiente, a proteção de povos indígenas, políticas públicas voltadas para a população trans "

"Atuação voltada às minorias sociais, atualmente com idosos"

"Ativista pela causa das pessoas com deficiência, fomenta projetos esportivos, culturais e científicos na área"

"Para além de seu histórico de atuação em favor das mulheres, ressalto as proposições recentes a respeito da grave crise ambiental no Pantanal"

"Busca desenvolver um diálogo em grande parte inexistente sobre a realidade de comunidades historicamente desfavorecidas, e injetar na política ideias e discurso partindo dessas comunidades"

Compilado das respostas realizadas na atividade assíncrona da Aula 5

Atividades assíncronas

EQUIDADE DE GÊNERO NO SISTEMA DE JUSTIÇA

0200120 - Direito e Equidade de Gênero (2020): compilado com base nas respostas fornecidas pelas alunas e alunos ao Formulário para a Atividade 7*

DESAFIOS ENCONTRADOS

- Estereótipos de gênero e raça
- Baixa representatividade de pessoas negras
- Interrupções de falas/ invisibilização da presença
- Dificuldade para ser admitida em escritório
- Posicionamentos políticos deslegitimados
- Desconsideração à pessoa gestante
- Menosprezar capacidade intelectual
- Comentários sobre corpo e piada machista no ambiente de trabalho
- Dificuldade em alcançar cargos de chefia
- Conciliar vida profissional e familiar, por se sentirem as principais responsáveis pelos cuidados ("mundo duplo")
- Regras de vestimenta

ALGUMAS JURISTAS MENCIONADAS (FIGURAS PÚBLICAS)

SILVIA PIMENTEL
ROSA WEBER
CÁRMEN LÚCIA
GABRIELA PRIOLI
SILVANA NIEMCZEWSKI
CHIARA RAMOS
KENARIK BOUJIKIAN
MARIA BERENICE DIAS
RITA CORTEZ
NEUSA LEDESMA
ESTHER DE FIGUEIREDO
KAREN LUISE
ROSSANA FONSECA
ALESSANDRA MINIERI
DANIELA TEIXEIRA

FORMAS DE ENFRENTAMENTO

- Utilizou a posição de autoridade
- Criou um programa de concessão de bolsas de estudos a profissionais do Direito negros/as e indígenas, visando a inclusão nas carreiras jurídicas
- Indicação de outras mulheres
- Elaborou Projeto de Lei buscando estipular direitos e garantias para a advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e para o advogado que se tornar pai (Lei Júlia Matos)
- Diálogo com outras mulheres (sororidade)
- Investimento nos estudos
- Se impôs, enfrentou
- Criação de um coletivo de mulheres
- Trabalha com projetos na OAB visando combater desigualdades
- Defende políticas de diversidade no escritório

• PEDIU-SE ÀS ALUNAS E ALUNOS QUE CONVERSASSEM OU VISSEM ALGUMA ENTREVISTA NO YOUTUBE COM UMA PROFISSIONAL MULHER DA ÁREA JURÍDICA A FIM DE IDENTIFICAR ALGUM DESAFIO QUE ELA TEVE NA CARREIRA E COMO FOI ENFRENTADO.

Compilado das respostas realizadas na atividade assíncrona da Aula 6

DINÂMICAS DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO:

O LUGAR EM QUE EU QUERO TRABALHAR POSSUI POLÍTICAS DE DIVERSIDADE?

0200120 - Direito e Equidade de Gênero (2020): Compilado com base nas respostas fornecidas pelos alunos e alunas ao Formulário de Atividades 8

EM ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA:

MATTOS FILHO VEIGA FILHO MARREY JR. E QUIROGA ADVOGADOS:
Política de diversidade e inclusão dividida em cinco frentes: 4women (equidade de gênero), Soma (inclusão racial), #mFriendly: (inclusão de pessoas LGBT+), eMFrente (inclusão de PCDs), LIRE (promoção da liberdade religiosa)

PINHEIRO NETO ADVOGADOS:
Política de promoção da diversidade com organização em comitês, como o Comitê da Diversidade e o Comitê da Mulher Advogada. Planejamento de eventos e promoção do debate sobre esses temas no ambiente de trabalho, elaboração de projetos de inclusão, como o Projeto Incluir Direito para a Diversidade Racial

NA DEFENSORIA PÚBLICA:

Reserva de 20% das vagas para candidatos PPI e 5% para PCD no concurso público para ingresso.

DPE/SP: Atuação em núcleos especializados como o da Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial (NUDDIR).

NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO:

Reserva de 20% das vagas para candidatos negros e 5% para PCD no concurso público para ingresso conforme a Resolução nº 203/15 do CNJ.

Destaque para algumas iniciativas pontuais, especialmente relativas à acessibilidade, mas, em geral, há insatisfação quanto à existência de uma verdadeira política em prol da diversidade por parte do próprio TJSP.

NO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO:

Cotas de participação nos concursos para candidatos PPI e PCD (Ato Normativo nº 1031/2017-CPJ).

Criação da Rede de Valorização da Diversidade (Portaria nº 9270/2020) e da Rede de Enfrentamento ao Racismo (Portaria nº 9269/2020)*.

Elaboração do documento Compromissos Pela Diversidade do MPSP pela Comitê de Gestão de Pessoas e a criação do subcomitê de gênero.

NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO:

Promoção da diversidade étnica e de gênero na composição dos participantes de eventos acadêmicos realizados na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Portaria nº 09/2020)*.

Não foi identificada política de diversidade (especialmente quanto a gênero) para a realização dos concursos públicos para docência.

** Informações adicionadas pela equipe de monitoras da disciplina.*

Compilado das respostas realizadas na atividade assíncrona da Aula 7

Atividades assíncronas

Compilado das respostas realizadas na atividade assíncrona da Aula 8

Compilado das respostas realizadas na atividade assíncrona da Aula 9

Faculdade de Direito da USP

Cátedra UNESCO de Direito à Educação